

**REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE
FLORIANÓPOLIS DE 08 DE MAIO DE 2017**

1 Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 15:14 horas na Sala de Reuniões da
2 Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, reuniu-se o COMDEMA – Conselho Municipal
3 de Defesa do Meio Ambiente, onde compareceram os seguintes conselheiros: Sr. Nelson Gomes
4 Mattos Junior representante da SMDU-Presidente, Sr. Cláudio Soares da Silveira representante
5 da FLORAM, Sra. Marilei Biletski Grams representante da SMS, Sr. Alexandre Francisco Bock
6 representante da SMHSA, Sr. Nivaldo Pedreira Niehues Júnior representante da FATMA, Sra.
7 Karina da Silva de Souza representante da COMCAP, Sr. Amarildo Marçal Nunes representante
8 da CMF, Sr. Felipe Souza Dutra representante da PMA, Sra. Jaçanã Martins Bittencourt
9 representando o Sr. João Ricardo Padilha Santos representantes da OAB/SC, Sra. Fabiane
10 Nobrega representante da FIESC, Sr. Anderson Ramos Augusto representante da CDL-Vice-
11 Presidente, Sr. Vinícius Muller Buratto representante da ACESA, Sra. Myrna Murialdo e Sra.
12 Leana Bernardi representantes do IAR. Iniciando a reunião Sr. Nelson começou falando das
13 dificuldades que o COMDEMA vem sofrendo com o acúmulo de coisas a fazer, devido ao
14 desligamento do Sr. Jonas (antigo Secretário do COMDEMA) e apresentou o Sr. Tiago o qual
15 passa a exercer a função de Secretário do COMDEMA. Em seguida informou que ao contrário
16 do que havia afirmado na primeira reunião, não poderá estar presente em todas as futuras
17 reuniões, mais que dentro do possível participará das reuniões do Conselho. Em seguida colocou
18 que o objetivo maior é zerar a pauta (andamento dos processos), que para isso já havia tomado a
19 liberdade de Oficiar as entidades a fim de aumentar o número de representantes junto à Câmara
20 Técnica Jurídica – CTJUR, criando a segunda Câmara se assim entender este Conselho.
21 Reforçou que a ideia de criar a segunda Câmara, está ligado ao número de processos destinados
22 Conselho, como também para a não ocorrência destes em prescrição. Passando assim a palavra
23 ao Sr. Cláudio – Secretário Geral do Conselho. Sr. Cláudio começou fazendo algumas
24 observações, dentre elas, informou aos demais sobre a elaboração da ATA de dezembro, a qual
25 deverá ser encaminhada para apreciação do Conselho via email, assim que estiver pronta. Em
26 seguida pediu aos conselheiros que se possível fosse aprovada a ATA de fevereiro. Sr. Felipe
27 então indagou que ainda não havia tido conhecimento da ATA, e que o processo a ser apreciado
28 pelos conselheiros não havia retornado do pedido de vistas feito pelo Sr. Amarildo, causando
29 assim a não apreciação da ATA de fevereiro. Porém ficou acordado entre os Conselheiros que as
30 duas ATAs pendentes (dezembro de 2016 e fevereiro de 2017) serão apresentadas para votação
31 na próxima reunião do Conselho. Sr. Cláudio informou que dentro dos Informes Gerais este era o
32 assunto (ATA) e que diante do entendimento dos conselheiros passaria para o objetivo da Pauta,
33 a aprovação dos novos representantes da Câmara Técnica Jurídica – CTJUR, passando a palavra
34 ao Sr. Nelson - Presidente. Sr. Nelson ressaltou novamente a importância de dar celeridade aos
35 trabalhos pedindo ao Sr. Cláudio que informa-se a quantidade de representantes indicados pelas
36 entidades oficiadas. Sr. Cláudio informou que com a aprovação dos novos nomes de
37 representantes, a CTJUR passaria a ser composta pelo número de quinze advogados. Em seguida
38 o Sr. Nelson exclamou se alguma objeção quanto aos novos representantes. Não havendo
39 nenhuma objeção Sr. Nelson declarou aprovado por unanimidade os novos representantes da
40 CTJUR. Passando ao segundo ponto da Pauta de reuniões Sr. Nelson, levantou o tema. Exigência
41 para a composição dos representantes da CTJUR. Em seguida o Sr. Cláudio explicou que a
42 composição da CTJUR ficou acertada em votação no plenário, sendo que os componentes da

43 CTJUR devem obter OAB. A Sra. Myrna indagou então que gostaria que até fizesse parte da
44 ATA, que devido a incorreções em diversos pareceres já apreciados por este Conselho não tinha
45 objeção quanto a outros participantes da CTJUR fora da formação de advogados,
46 acompanhando-a no mesmo raciocínio Sr. Felipe, Capitão da Polícia Militar Ambiental, disse
47 que também gostaria de fazer parte da CTJUR. Sra. Jaçana Martins Bittencourt representando o
48 Sr. João Ricardo Padilha Santos, e por fazer parte da CTJUR, esclareceu o funcionamento da
49 CTJUR aos conselheiros explicando o porque desta exigência. Sr. Nelson então levantou a
50 questão que na resolução de formação da CTJUR, não a objeção quanto á formação do
51 representante da CTJUR ser da área do Direito(advogado), porém deixando para a próxima
52 reunião a questão quanto a composição da CTJUR a fim de abrir espaço para outras formações,
53 sendo assim será necessário a mudança de seu nome, passando então a ser chamada de Câmara
54 Técnica de Julgamento– CTJ. Sr. Cláudio esclareceu que a iniciativa de que o representante da
55 CTJUR deve ser advogado, foi devido a votação do plenário, ocorrendo assim a portaria de
56 criação da CTJUR, a qual determina a formação da CTJUR. Assim, para que aconteça uma
57 mudança o plenário terá que votar novamente o tema. Sra. Myrna então passou a esclarecer o
58 porque de só juristas participarem da CTJUR, deixando claro que o objetivo era dar celeridade
59 aos procedimentos administrativos. Sr. Nelson então passou a levantar nova questão. Do ponto
60 de metodologia de trabalho. Sr. Cláudio esclareceu que devido ao aumento de representantes da
61 CTJUR, e por meio de reunião realizada no meio da semana com o Sr. João, ficou acordado o
62 Lote de distribuição contendo o número de seis processos por representante, chegando ao
63 número total de oitenta processos julgados por mês a ser alcançado, informando ao plenário que
64 hoje temos o número aproximadamente de quinhentos e vinte volumes de processos a serem
65 julgados. Sr. Amarildo também representante da CTJUR questionou o número dos processos a
66 ser repassado nos Lotes, dizendo da dificuldade que cada processo carrega. Passou então a se
67 discutir a divisão da CTJUR em três Câmaras, contendo um número de cinco representantes cada
68 Câmara composto por um Presidente cada uma destas, como também um Presidente Geral. Sr.
69 Nelson passou então a chamar a votação sobre a composição da CTJUR. Por seis votos a cinco
70 ficou aprovado o andamento dos trabalhos conforme a Câmara esta composta hoje com quinze
71 representantes pelo período de três meses, a partir deste prazo passa a ser dividida em três
72 Câmaras. Sr. Nelson firmou o compromisso de reforçar o pedido junto as entidades para que
73 indiquem seus representantes, com intuito de incorporar novos representantes na CTJUR,
74 agradeceu a presença de todos, se despediu dos conselheiros presentes devido a compromissos
75 diversos. Com a palavra o Sr. Vice-Presidente esclareceu que o Conselho e um órgão consultivo,
76 não apenas julgador, perguntando aos demais conselheiros sobre a existência de algum assunto
77 importante para ser discutido. Sr. Cláudio falou brevemente sobre um projeto que esta sendo
78 estudado pela área Técnica da FLORAM, a respeito de tratamento de esgoto, sendo que assim
79 que estiver pronto e aprovado poderá trazer o mesmo a discussão do plenário. Outra sugestão de
80 pauta sugerida para a próxima reunião pelo conselheiro Sr. Anderson, foi a aquisição da
81 Bandeira Azul pelo Município de Florianópolis. Segundo ponto acordado foi o reenvio das cartas
82 publicadas no site da PMF/COMDEMA. Posteriormente ficou sugerido o convite de um
83 Servidor Público para apresentação do Plano Diretor após sua conclusão. Foi o Relatório. Sendo
84 este o ultimo item de pauta o Vice-Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a
85 reunião. A Reunião foi encerrada as 16:11h. Esta ata foi redigida por Tiago Bischoff de Santana,

86 Secretário do COMDEMA, que a submeterá a apreciação e aprovação dos conselheiros para
87 todos os efeitos legais.